

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	21

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	55.750
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>55.750</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	236
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>236</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	13/12/2011	Dividendo	09/01/2012	Ordinária		0,05528
Reunião do Conselho de Administração	13/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	09/01/2012	Ordinária		0,15190

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	836.704	825.826
1.01	Ativo Circulante	315.336	320.518
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	119.258	124.236
1.01.03	Contas a Receber	105.126	100.269
1.01.03.01	Clientes	95.537	90.496
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	93.069	88.280
1.01.03.01.02	Provisão para perdas sobre crédito	-720	-605
1.01.03.01.03	Créditos com partes relacionadas	3.188	2.821
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	9.589	9.773
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	4.559	4.559
1.01.03.02.02	Outras contas a receber	5.030	5.214
1.01.04	Estoques	68.288	73.562
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.940	19.187
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.940	19.187
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.724	3.264
1.02	Ativo Não Circulante	521.368	505.308
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.371	19.113
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.125	10.502
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.125	10.502
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.246	8.611
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	9.246	8.611
1.02.02	Investimentos	323.751	307.659
1.02.02.01	Participações Societárias	323.751	307.659
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	323.751	307.659
1.02.03	Imobilizado	173.896	172.252
1.02.04	Intangível	6.350	6.284

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	836.704	825.826
2.01	Passivo Circulante	155.022	171.436
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.756	31.747
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.756	31.747
2.01.02	Fornecedores	29.207	36.021
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.439	14.199
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.879	76.974
2.01.04.02	Debêntures	82.879	76.974
2.01.05	Outras Obrigações	2.741	12.495
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	24
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	4	24
2.01.05.02	Outros	2.737	12.471
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.798
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.737	1.673
2.02	Passivo Não Circulante	151.779	151.080
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	136.000	136.000
2.02.01.02	Debêntures	136.000	136.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.487	3.556
2.02.02.02	Outros	2.487	3.556
2.02.02.02.03	Fornecedores	757	1.515
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	1.730	2.041
2.02.03	Tributos Diferidos	1.848	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.848	0
2.02.04	Provisões	11.444	11.524
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.444	11.524
2.03	Patrimônio Líquido	529.903	503.310
2.03.01	Capital Social Realizado	360.000	360.000
2.03.02	Reservas de Capital	6.111	6.111
2.03.04	Reservas de Lucros	141.220	137.703
2.03.04.01	Reserva Legal	23.581	23.581
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	65.911	65.911
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-3.968	-7.485
2.03.04.10	Reserva para investimento	55.696	55.696
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	23.289	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-717	-504

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	150.204	145.465
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-112.119	-115.114
3.03	Resultado Bruto	38.085	30.351
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.487	-1.528
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.553	-6.854
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.108	-7.750
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-131	-61
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.305	13.137
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.598	28.823
3.06	Resultado Financeiro	-3.433	-3.348
3.06.01	Receitas Financeiras	3.173	2.395
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.606	-5.743
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.165	25.475
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.876	-4.232
3.08.01	Corrente	-1.651	-5.205
3.08.02	Diferido	-4.225	973
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.289	21.243
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	23.289	21.243
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,42000	0,41000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,42000	0,41000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	23.289	21.243
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-213	566
4.02.01	Diferenças cambiais s/convers.de inv.exterior	-213	566
4.03	Resultado Abrangente do Período	23.076	21.809

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.604	-3.260
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.447	17.279
6.01.01.01	Lucro líquido do período	23.289	21.243
6.01.01.02	Depreciação	4.581	4.078
6.01.01.03	Amortização	653	808
6.01.01.04	Provisões	-80	-300
6.01.01.05	Provisão para perdas sobre créditos	179	2
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.225	-973
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	-16.305	-13.137
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	5.905	5.558
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.843	-20.539
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-5.220	-16.994
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-2.076	-6.076
6.01.02.03	Estoques	5.274	-1.061
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-635	-183
6.01.02.05	Outras contas a receber	1.727	-187
6.01.02.06	Fornecedores	-7.592	3.198
6.01.02.07	Salários, provisões e encargos sociais a recolher	-5.637	-5.370
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.603	2.941
6.01.02.09	Outros passivos	753	-447
6.01.02.10	Pagamento de IR e CSLL	960	3.640
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.944	1.647
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-6.225	-5.049
6.02.02	Aquisição de investimento e intangível	-719	40
6.02.03	Aquisição e venda de ações em tesouraria	0	-3.344
6.02.04	Dividendos recebidos	0	10.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.638	-6.969
6.03.01	Dividendos pagos	-3.061	-6.969
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-7.740	0
6.03.03	Outros	1.163	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.978	-8.582
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	124.236	107.743
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	119.258	99.161

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	360.000	6.111	137.703	0	-504	503.310
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.000	6.111	137.703	0	-504	503.310
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	3.517	0	0	3.517
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	3.517	0	0	3.517
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.289	-213	23.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.289	0	23.289
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-213	-213
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-213	-213
5.07	Saldos Finais	360.000	6.111	141.220	23.289	-717	529.903

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	260.000	6.111	192.218	0	-3.279	455.050
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	260.000	6.111	192.218	0	-3.279	455.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.344	0	0	-3.344
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-3.344	0	0	-3.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.243	566	21.809
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.243	0	21.243
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	566	566
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	566	566
5.07	Saldos Finais	260.000	6.111	188.874	21.243	-2.713	473.515

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	171.461	166.488
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	171.622	166.267
7.01.02	Outras Receitas	18	223
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-179	-2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.384	-74.805
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-57.369	-68.534
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.015	-6.271
7.03	Valor Adicionado Bruto	107.077	91.683
7.04	Retenções	-5.234	-4.886
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.234	-4.886
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	101.843	86.797
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.478	15.532
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.305	13.137
7.06.02	Receitas Financeiras	3.173	2.395
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	121.321	102.329
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	121.321	102.329
7.08.01	Pessoal	47.989	42.139
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.461	31.640
7.08.01.02	Benefícios	9.608	8.240
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.920	2.259
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36.627	31.785
7.08.02.01	Federais	30.599	26.144
7.08.02.02	Estaduais	1.891	1.274
7.08.02.03	Municipais	4.137	4.367
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.416	7.162
7.08.03.01	Juros	6.606	5.743
7.08.03.02	Aluguéis	6.810	1.419
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.289	21.243
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.289	21.243

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	937.133	915.601
1.01	Ativo Circulante	479.723	467.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	175.673	171.780
1.01.03	Contas a Receber	163.876	156.942
1.01.03.01	Clientes	159.596	152.528
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	160.686	153.504
1.01.03.01.02	Provisão para perdas sobre créditos	-1.090	-976
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.280	4.414
1.01.03.02.01	Outras contas a receber	4.280	4.414
1.01.04	Estoques	98.943	100.253
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.091	32.167
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	36.091	32.167
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.140	6.151
1.02	Ativo Não Circulante	457.410	448.308
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.834	29.166
1.02.01.03	Contas a Receber	150	147
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	150	147
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.034	13.185
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.034	13.185
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.650	15.834
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	13.150	12.279
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	3.500	3.555
1.02.02	Investimentos	3.401	3.429
1.02.02.01	Participações Societárias	3.401	3.429
1.02.03	Imobilizado	252.389	246.750
1.02.04	Intangível	169.786	168.963

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	937.133	915.601
2.01	Passivo Circulante	214.339	222.944
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.557	38.949
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.557	38.949
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais a recolher	31.557	38.949
2.01.02	Fornecedores	60.613	62.951
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.897	28.235
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	83.496	77.674
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	617	700
2.01.04.02	Debêntures	82.879	76.974
2.01.05	Outras Obrigações	4.776	15.135
2.01.05.02	Outros	4.776	15.135
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.798
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	4.309	3.758
2.01.05.02.05	Parcelamento de débitos fiscais	467	579
2.02	Passivo Não Circulante	192.891	189.347
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	136.000	136.000
2.02.01.02	Debêntures	136.000	136.000
2.02.02	Outras Obrigações	9.175	11.091
2.02.02.02	Outros	9.175	11.091
2.02.02.02.03	Fornecedores	1.152	2.453
2.02.02.02.04	Contas a pagar-aquisição de empresa	4.000	4.000
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	2.693	2.995
2.02.02.02.06	Parcelamento de débitos fiscais	1.330	1.643
2.02.03	Tributos Diferidos	26.815	19.963
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.815	19.963
2.02.04	Provisões	20.901	22.293
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.901	22.293
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	529.903	503.310
2.03.01	Capital Social Realizado	360.000	360.000
2.03.02	Reservas de Capital	6.111	6.111
2.03.04	Reservas de Lucros	141.220	137.703
2.03.04.01	Reserva Legal	23.581	23.581
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	65.911	65.911
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-3.968	-7.485
2.03.04.10	Reserva para investimento	55.696	55.696
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	23.289	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-717	-504

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	231.874	205.999
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-165.427	-151.598
3.03	Resultado Bruto	66.447	54.401
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.136	-19.057
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.489	-10.048
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.056	-9.483
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-463	-245
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	872	719
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	39.311	35.344
3.06	Resultado Financeiro	-3.292	-3.628
3.06.01	Receitas Financeiras	4.994	3.270
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.286	-6.898
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.019	31.716
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.730	-10.473
3.08.01	Corrente	-7.746	-8.554
3.08.02	Diferido	-4.984	-1.919
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.289	21.243
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	23.289	21.243
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	23.289	21.243
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,42000	0,41000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,42000	0,41000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	23.289	21.243
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-213	566
4.02.01	Diferenças cambiais s/conversão de inv.no exterior	-213	566
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	23.076	21.809
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	23.076	21.809

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.307	-48
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.100	32.455
6.01.01.01	Lucro líquido do período	23.289	21.243
6.01.01.02	Depreciação	6.344	5.800
6.01.01.03	Amortização	657	808
6.01.01.04	Provisões	-1.392	-2.157
6.01.01.05	Provisão para perdas sobre créditos	185	3
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.984	1.919
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	-872	-719
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	5.905	5.558
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.793	-32.503
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-7.253	-21.227
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-4.661	-10.710
6.01.02.03	Estoques	1.310	-5.382
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-871	-227
6.01.02.06	Outras contas a receber	1.144	-3.103
6.01.02.07	Fornecedores	-3.639	4.109
6.01.02.08	Salários, taxas e contribuições a recolher	-5.038	-5.074
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	853	46
6.01.02.10	Pagamento de IR e CSLL	5.602	9.623
6.01.02.11	Outros passivos	-240	-558
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.563	-8.527
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-11.983	-5.167
6.02.02	Aquisição de investimento e intangível	-1.480	-16
6.02.03	Aquisição e venda de ações em tesouraria	0	-3.344
6.02.04	Dividendos recebidos	900	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.638	-6.969
6.03.01	Dividendos pagos	-3.061	-6.969
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-7.740	0
6.03.03	Outros	1.163	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-213	566
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.893	-14.978
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	171.780	139.744
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	175.673	124.766

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.000	6.111	137.703	0	-504	503.310	0	503.310
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.000	6.111	137.703	0	-504	503.310	0	503.310
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	3.517	0	0	3.517	0	3.517
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	3.517	0	0	3.517	0	3.517
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.289	-213	23.076	0	23.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.289	0	23.289	0	23.289
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-213	-213	0	-213
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-213	-213	0	-213
5.07	Saldos Finais	360.000	6.111	141.220	23.289	-717	529.903	0	529.903

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	260.000	6.111	192.218	0	-3.279	455.050	0	455.050
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	260.000	6.111	192.218	0	-3.279	455.050	0	455.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.344	0	0	-3.344	0	-3.344
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-3.344	0	0	-3.344	0	-3.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.243	566	21.809	0	21.809
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.243	0	21.243	0	21.243
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	566	566	0	566
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	566	566	0	566
5.07	Saldos Finais	260.000	6.111	188.874	21.243	-2.713	473.515	0	473.515

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	264.616	236.436
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	264.525	235.228
7.01.02	Outras Receitas	276	1.211
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-185	-3
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-107.273	-109.144
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.734	-95.972
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.539	-13.172
7.03	Valor Adicionado Bruto	157.343	127.292
7.04	Retenções	-7.001	-6.608
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.001	-6.608
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	150.342	120.684
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.866	3.989
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	872	719
7.06.02	Receitas Financeiras	4.994	3.270
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	156.208	124.673
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	156.208	124.673
7.08.01	Pessoal	60.497	47.419
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.542	35.240
7.08.01.02	Benefícios	11.403	9.342
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.552	2.837
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.035	47.488
7.08.02.01	Federais	44.459	37.693
7.08.02.02	Estaduais	7.091	4.415
7.08.02.03	Municipais	5.485	5.380
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.387	8.523
7.08.03.01	Juros	8.286	6.898
7.08.03.02	Aluguéis	7.101	1.625
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.289	21.243
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.289	21.243

**COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO**

O resultado consolidado da Companhia neste primeiro trimestre de 2012 apresentou crescimento importante em relação ao mesmo período de 2011 e foi ligeiramente menor ao alcançado no 4T11, o que é plenamente justificado pela sazonalidade histórica. Todas as divisões da empresa apresentaram crescimento de Receita Líquida e EBITDA, com destaque para o segmento de Telecomunicações que teve performance espetacular, superando nossas expectativas. A Divisão de Identificação, que no mesmo período do ano passado sofreu com represamento de emissões de documentos por diversos fatores, neste, apresentou volumes normais para o período. A Divisão de Meios de Pagamentos foi a que apresentou o menor crescimento, entretanto, já esperado pela Companhia, uma vez que a demanda pelos serviços neste período desacelera, além da revisão, por parte dos bancos, de suas carteiras de crédito e conseqüente diminuição na emissão de cartões financeiros, fatos estes que contribuíram para que os números deste segmento não fossem tão expressivos na comparação com o 1T11. A migração dos cartões magnéticos para os com chip continua e será um importante vetor de crescimento, devendo perdurar por pelo menos mais dois anos.

Neste trimestre, tivemos o pagamento de R\$ 4,5 milhões relativos ao Plano de Incentivo em ações. Foi o 2º ano de vigência do Plano e tivemos adesão maciça dos Executivos, demonstrando sua confiança e comprometimento com os resultados da Companhia, bem como o sentido de pertencimento permeado por todos. Numa empresa com capital pulverizado, é essencial alinhar os interesses dos executivos com os dos acionistas, e esse plano atinge esse objetivo.

Neste ano temos um grande desafio: tornar a Valid Certificadora Digital mais uma opção no mercado brasileiro e, ao longo do tempo, a primeira na memória de milhares de cidadãos que buscarão por este serviço anualmente.

Logo no primeiro trimestre verificamos que será uma tarefa trabalhosa, mas acreditamos que temos todas as condições para conquistar os 10% de *Market Share* que almejamos no primeiro ano. A infraestrutura necessária para seu funcionamento foi construída e, neste momento, estamos em fase inicial de homologação para nos tornarmos uma Autoridade Certificadora, o que nos possibilitará buscar a capilaridade necessária para a distribuição dos certificados.



Mais uma vez agradecemos, em nome da Administração, a confiança depositada em nós pelos nossos acionistas e pelo mercado e reiteramos nosso compromisso de continuarmos na busca de criação de valor para a Valid.

### **A Administração**

## Notas Explicativas

# Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações sobre a Companhia

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, cartões telefônicos pré-pagos e indutivos, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), passando a integrar o Novo Mercado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BM&FBOVESPA.

Em 8 de outubro de 2010, a Companhia teve sua denominação social alterada de “American Banknote S.A.” para “Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.”.

A Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações trimestrais em 17 de abril de 2012.

## 2. Políticas contábeis

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade

## Notas Explicativas

nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, compreendem:

As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações trimestrais individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (“ICPC 09”), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias consolidadas estão divulgadas a seguir:

### 2.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas “Grupo”), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

**Notas Explicativas**

	% de participação	
	2012	2011
Valid Participações Ltda. (“Valid Par”)	100	100
CSB Transtex Chile S.A. (“Transtex Chile”)	(i) 100	(i) 100
Incard do Brasil Ltda. (“Incard”)	(ii) 50	(ii) 50
Interprint Ltda. (“Interprint”)	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”)	(iii) 100	(iii) 100
Valid Soluciones Tecnológicas (“Valid Espanha”) (iv)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Argentina”)	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. (“Trust”)	100	100

- (i) Participação direta e indireta.
- (ii) Participação indireta através da Interprint Ltda.
- (iii) Empresa constituída em 2011.
- (iv) Anteriormente denominada Microelectronica Española S.A.U.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

O investimento que a controlada direta Interprint possui na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa, mas não o controle, e, sendo assim, não é consolidada.

Considerando a existência de acordos de acionistas para a administração compartilhada da Incard, suas informações trimestrais foram consolidadas proporcionalmente com base no respectivo percentual de participação.

As rubricas sumarizadas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada em conjunto Incard, incluída na consolidação, depois de aplicadas as proporções de participações acionárias, são assim resumidas:

## Notas Explicativas

	<b>Incard</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Ativo		
Ativo circulante	29.358	30.624
Ativo não circulante	7.391	6.385
<b>Total do ativo</b>	<b>36.749</b>	<b>37.009</b>
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	14.345	15.537
Passivo não circulante	963	954
Patrimônio líquido	21.441	20.518
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>36.749</b>	<b>37.009</b>
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Receita líquida de vendas	12.867	9.790
Custo das vendas	(10.829)	(6.731)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.038</b>	<b>3.059</b>
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(531)	(408)
Despesas financeiras, líquidas	(14)	227
Imposto de renda e contribuição social	(570)	(1.003)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>923</b>	<b>1.875</b>

## 2.2 Combinação de negócios

### Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

## 2.3 Investimento em coligada

O investimento da Valid na coligada Multidisplay é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

## Notas Explicativas

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As informações trimestrais da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

### 2.4 Investimento em empreendimento controlado em conjunto

A Valid mantém participação na Incard, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto desta investida. A Valid reconhece sua participação na Incard utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da Incard, linha por linha, nas suas informações trimestrais consolidadas. As informações trimestrais da Incard são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas informações trimestrais consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Valid nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e a Incard. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do

## Notas Explicativas

resultado qualquer diferença entre o valor contábil do antigo empreendimento e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda deste empreendimento.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

### 2.5 Conversão de moeda estrangeira

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as informações trimestrais são traduzidas para o real na data do fechamento.

#### a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

#### b) Empresas do Grupo

As informações trimestrais das controladas Valid Argentina, Transtex Chile e Valid Espanha, sediadas respectivamente na Argentina, Chile e Espanha, foram preparadas com base na moeda funcional daqueles países.

Os ativos e passivos destas controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

### 2.6 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

## **Notas Explicativas**

### **Receita de juros**

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

## **2.7 Impostos**

### **Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

### **Impostos diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## Notas Explicativas

### 2.8 Transações envolvendo pagamento baseado em ações

A Companhia outorgou aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa, as opções de compras de ações, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são calculadas durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos programas (vide detalhes na Nota 24).

### 2.9 Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros

##### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

##### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é

## **Notas Explicativas**

calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

### **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O Grupo não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

### **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

## Notas Explicativas

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

### b) Passivos financeiros

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

#### **Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

#### **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## 2.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

## 2.11 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

## 2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## Notas Explicativas

### 2.13 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição, de acordo com o custo médio.
- Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

### 2.14 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações – 4%.
- Máquinas e equipamentos – 10% a 30%.
- Móveis e utensílios – 10% a 20%.
- Veículos – 20%.
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 2.15 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

## Notas Explicativas

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 2.16 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### 2.17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

### 2.18 Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## Notas Explicativas

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.19 Participação nos resultados

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias vendidas.

### 2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (“CPC 03”), enquanto que as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“CPC 09”).

### 2.21 Novos pronunciamentos contábeis

#### a) Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu as seguintes principais normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das informações trimestrais, individuais e consolidadas, da Companhia:

**IFRS 9 – Instrumentos Financeiros** - O IFRS 9 os princípios de classificação e mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

**IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas** - A IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

## Notas Explicativas

IFRS 11 – Operações conjuntas - A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. A aplicação antecipada é permitida. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, porém a aplicação antecipada é permitida.

IFRS 12 – Divulgação de participação em outras entidades - A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, porém a aplicação antecipada é permitida.

IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo – A IFRS 13 substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 28 (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado – Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados - Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas informações trimestrais.

## **Notas Explicativas**

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das informações trimestrais, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

#### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### **Transações com pagamentos baseados em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 24.

## Notas Explicativas

### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia do Grupo.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	959	5.131	19.996	13.713
Aplicações financeiras	118.299	119.105	155.677	158.067
<b>Total</b>	<b>119.258</b>	<b>124.236</b>	<b>175.673</b>	<b>171.780</b>

As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e, estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. As aplicações financeiras são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado.

## Notas Explicativas

### 5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes	93.069	88.280	160.686	153.504
Créditos com partes relacionadas	3.188	2.821	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>96.257</b>	<b>91.101</b>	<b>160.686</b>	<b>153.504</b>
Provisão para perdas sobre créditos	(720)	(605)	(1.090)	(976)
<b>Total</b>	<b>95.537</b>	<b>90.496</b>	<b>159.596</b>	<b>152.528</b>

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
<b>A vencer</b>	<b>78.855</b>	<b>81.215</b>	<b>128.668</b>	<b>129.859</b>
<b>Vencidos</b>				
Até 30 dias	14.414	6.090	22.418	13.670
De 31 à 60 dias	809	1.964	2.259	3.563
De 61 à 90 dias	783	452	2.402	2.735
De 91 à 120 dias	90	37	738	227
Há mais de 121 dias	1.306	1.343	4.201	3.450
<b>Total vencidos</b>	<b>17.402</b>	<b>9.886</b>	<b>32.018</b>	<b>23.645</b>
<b>Total</b>	<b>96.257</b>	<b>91.101</b>	<b>160.686</b>	<b>153.504</b>

A Companhia não apresenta a movimentação da provisão para perdas sobre crédito por considerar seu montante e movimentação imateriais.

### 6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
IR a recuperar	9.417	8.371	16.081	15.729
CSLL a recuperar	3.004	2.657	5.524	5.403
ICMS a recuperar	2.985	3.300	7.547	7.035
IPI a recuperar	4.642	4.201	6.162	5.503
Impostos federais retidos por clientes	228	-	2.572	706
INSS a recuperar	657	658	814	658
Outros	7	-	891	688
<b>Total</b>	<b>20.940</b>	<b>19.187</b>	<b>39.591</b>	<b>35.722</b>
Total circulante	20.940	19.187	36.091	32.167
Total não circulante	-	-	3.500	3.555
<b>Total</b>	<b>20.940</b>	<b>19.187</b>	<b>39.591</b>	<b>35.722</b>

### 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Matéria prima	43.848	48.038	68.249	65.774
Produtos em processo	20.781	19.722	24.105	24.212
Peças e materiais de reposição	2.091	2.127	2.839	2.899
	<b>66.720</b>	<b>69.887</b>	<b>95.193</b>	<b>92.885</b>
Adiantamentos a fornecedores	1.568	3.675	3.750	7.368
<b>Total</b>	<b>68.288</b>	<b>73.562</b>	<b>98.943</b>	<b>100.253</b>

**Notas Explicativas****8. Depósitos judiciais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Trabalhistas	7.317	6.682	11.019	10.279
Tributários	1.678	1.678	1.880	1.749
Cíveis, comerciais e outros	251	251	251	251
<b>Total</b>	<b>9.246</b>	<b>8.611</b>	<b>13.150</b>	<b>12.279</b>

**9. Imposto de renda e contribuição social diferidos****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo estão apresentados a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Imposto de renda diferido				
Provisões	2.861	2.881	4.548	2.881
Juros sobre capital próprio	-	1.760	-	1.760
Amortização de ágio	746	746	746	746
Comissões a pagar	352	272	360	272
Prejuízo fiscal	-	-	1.992	1.191
Provisão para fretes	121	224	363	224
Provisão honorários advocatícios	347	325	347	325
Outras adições temporárias	1.547	1.514	2.698	2.296
	<b>5.974</b>	<b>7.722</b>	<b>11.054</b>	<b>9.695</b>
Contribuição social diferida				
Provisões	1.030	1.037	1.637	1.037
Juros sobre capital próprio	-	633	-	633
Amortização de ágio	269	269	269	269
Comissões a pagar	127	98	130	98
Base negativa de contribuição social	-	-	717	429
Provisão para fretes	44	81	131	81
Provisão honorários advocatícios	125	117	125	117
Outras adições temporárias	556	545	971	826
	<b>2.151</b>	<b>2.780</b>	<b>3.980</b>	<b>3.490</b>
<b>Total</b>	<b>8.125</b>	<b>10.502</b>	<b>15.034</b>	<b>13.185</b>

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo possui a seguinte natureza:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Amortização fiscal do ágio dedutível e diferença depreciação –CPC 27				
Imposto de renda	1.359	-	19.717	14.679
Contribuição social	489	-	7.098	5.284
<b>Total</b>	<b>1.848</b>	<b>-</b>	<b>26.815</b>	<b>19.963</b>

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de

## Notas Explicativas

rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis a partir de 1º de janeiro de 2009. Entretanto, o mesmo continua a ser amortizado para fins fiscais com base no Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941/09. Desta forma, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável.

A Companhia também constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre as diferenças entre o encargo de depreciação apurado considerando a legislação tributária e o encargo de depreciação registrado em sua contabilidade societária (vida útil do bem).

## 10. Investimentos e intangível

A movimentação dos saldos de investimentos para o período findo em 31 de março de 2012 está demonstrada como segue:

Controladora						
<u>Investimento</u>	<u>Saldos em 31/12/2011</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos recebidos</u>	<u>Saldos em 31/03/2012</u>
Investidas						
Valid Par	801	-	-	15	-	816
Interprint	224.096	-	(15)	10.436	-	234.517
Valid Espanha	23.527	-	95	2.788	-	26.410
Valid Argentina	7.165	-	(293)	981	-	7.853
Transtex Chile	26	-	-	(1)	-	25
Trust	7.670	-	-	2.086	-	9.756
	<u>263.285</u>	<u>-</u>	<u>(213)</u>	<u>16.305</u>	<u>-</u>	<u>279.377</u>
Ágio						
Valid Espanha	31.414	-	-	-	-	31.414
Valid Argentina	9.311	-	-	-	-	9.311
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
	<u>44.374</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.374</u>
<b>Total</b>	<b><u>307.659</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(213)</u></b>	<b><u>16.305</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>323.751</u></b>

Consolidado						
<u>Investimento</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos recebidos</u>	<u>Saldo em 31/03/2012</u>
Multidisplay	3.429	-	-	872	(900)	3.401
<b>Total</b>	<b><u>3.429</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>872</u></b>	<b><u>(900)</u></b>	<b><u>3.401</u></b>

As principais informações sobre as controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

31 de março de 2012				
<u>Controladas</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Quantidade de ações / quotas (lote de mil)</u>	<u>% de participação</u>
Valid Par	15	817	1.031	100
Incard	923	21.441	762	(**) 50
Interprint	10.436	234.517	227.500	100
Valid Certificadora	(2.113)	14.741	20.000	(**) 100
Valid Espanha	2.788	26.411	164	100
Valid Argentina	1.033	8.267	15.219	(*) 100
Transtex Chile	(2)	24	1	(*) 100
Trust	2.086	9.749	17.500	100

(\*) Participação direta e indireta.

(\*\*) Participação indireta através da Interprint.

## Notas Explicativas

### a) **Trust Administração e Participações Ltda.**

Em setembro de 2006, a Companhia concluiu por meio da celebração de Contrato de Cessão de Quotas, a aquisição de 100% das quotas da Trust Administração e Participações Ltda., empresa que tem como principais produtos os bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. A aquisição da Trust teve como objetivo a ampliação do portfólio de produtos e serviços da Valid, bem como uma maior penetração no mercado como um todo. O valor total da operação totalizou R\$10.825.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$ 6.633, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em 31 de agosto de 2006. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“CPC 01”).

### b) **Valid Participações Ltda.**

A Valid Participações (“Valid Par”) cuja razão social anterior era ABnote Participações Ltda., foi criada em 03 de agosto de 2007, e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. A Valid Par detém cinco por cento do capital social da Transtex Chile e detinha cinco por cento do capital da Valid Argentina que foi transferida para a Interprint Ltda. A aquisição das referidas empresas ocorreu em 30 de agosto de 2007, pelo valor total de US\$ 525 mil (US\$ 519 mil – Valid Argentina e US\$ 6 mil - Transtex Chile). A Valid Par pertence integralmente à Valid.

Como parte da transação de compra da Valid Argentina, pela Valid Par, foi reconhecido um ágio no montante total de R\$668, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

### c) **Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento do capital social da Valid Argentina cuja razão social anterior era Transtex S.A.. Esta controlada é uma empresa com sede em Buenos Aires, Argentina, e líder na comercialização de cartões bancários no mercado argentino, além de exportar seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. A compra da Valid Argentina representa para a Valid um importante reposicionamento mercadológico, já que poderá estender sua atuação em todo o continente. O valor total da operação foi de US\$ 9.861 mil.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$12.698, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

## Notas Explicativas

### d) CSB Transtex Chile S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007, aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento das ações do capital social da Transtex Chile, empresa com sede em Santiago, Chile. A Transtex Chile é líder na comercialização de cartões bancários no mercado chileno. O valor total da operação totalizou US\$ 114 mil.

### e) Interprint Ltda.

A Interprint Ltda. é uma empresa que atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, de telecomunicações e de governo. Seu portfólio de produtos inclui cartões indutivos, pré-pagos, talões de cheques, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros.

A antiga controladora da Interprint, Praven Participações Ltda. (“Praven”), em função de um processo de reestruturação societária, foi incorporada em 1º de fevereiro de 2006, de forma reversa pela controlada Interprint, a qual manteve sua razão social. Em decorrência desse processo, a Praven foi extinta e seu patrimônio passou a integrar o patrimônio de sua sucessora Interprint. O ágio decorrente da incorporação reversa está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 12 de maio de 2008, a Unicert Brasil Ltda. (“Unicert”), controlada integral da Valid, adquiriu 76% de participação na Interprint, mediante pagamento em dinheiro, no montante de R\$ 179.150.

Em 29 de maio de 2008, a Valid conferiu a totalidade das suas quotas, representativas de 24% de participação na Interprint, ao capital social de sua controlada Unicert, que já detinha 76% de participação na Interprint. Assim, a Valid que detinha 100% de participação na Unicert passou a deter 100% de participação na Interprint através de uma única controlada.

Em 30 de maio de 2008, a Unicert foi incorporada pela sua subsidiária Interprint, por meio de incorporação reversa. O aumento de capital social, decorrente da incorporação, foi subscrito em nome dos sócios da Unicert em troca das participações extintas naquela empresa. Em razão da incorporação, a Valid passou a deter diretamente 100% do capital social da Interprint.

O ágio total pago na aquisição da Interprint totalizou R\$146.706, sendo R\$47.235 relativo a mais valia dos ativos e R\$99.471 relativo à rentabilidade futura. O ágio decorrente da mais valia dos ativos foi devidamente alocado aos seus respectivos bens no ativo imobilizado, constante no laudo de avaliação, e é amortizado de acordo com a vida útil remanescente do mesmo. O ágio decorrente da rentabilidade futura foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 1º de setembro de 2009, os quotistas deliberaram o aumento no capital social da

## Notas Explicativas

Interprint, no valor de R\$184, mediante a emissão de 183.564 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas em espécie pela quotista Valid com o consentimento dos demais quotistas. Desta forma, o capital social da Interprint passou a ser de R\$ 228, dividido em 227.500 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Adicionalmente, o quotista Sylvio Swerts cedeu e transferiu 1 quota de sua propriedade, a título oneroso, para a quotista Valid, e, neste ato, se retira da sociedade. Em 31 de outubro de 2009, a Tecnoformas foi incorporada pela Interprint.

### f) Incard do Brasil Ltda.

O investimento na Incard refere-se a uma *joint venture* com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos *chips* para a produção de *smart cards* e produtos correlatos.

### g) Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.

Em 02 de agosto de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 30% das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e sua subsidiária M4 Produtos e Serviços S.A. pelo valor de até R\$30.000, dos quais R\$15.332 foram pagos em dinheiro, sendo apurado um ágio no valor total de R\$13.955. O valor remanescente será pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao atendimento de determinadas metas, pactuadas no contrato de compra e venda das ações.

A Multidisplay possui o know-how e expertise no desenvolvimento de serviços e produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de serviços para SIM Cards.

### h) Valid Soluciones Tecnológicas S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2010, aprovou a aquisição de 100% do capital social da Valid Soluciones Tecnológicas S.A. cuja razão social anterior era Microelectronica Española S.A.U., empresa com sede em Madrid, Espanha. A Valid Espanha atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. A aquisição foi realizada em dinheiro, pelo montante total de R\$38.852, sendo apurado um ágio no valor total de R\$31.414, o qual foi alocado pelo valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida pela Administração da Companhia com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

### i) Valid Certificadora Digital Ltda.

A Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”) foi constituída em 20 de junho de 2011, conforme contrato social, e passou a operar em setembro de 2011 com o objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. A Interprint possui 100% de seu capital social que totaliza R\$20.000 após aumento de capital de R\$5.000 realizado em 8 de março de 2012.

A movimentação dos saldos de intangível para o período findo em 31 de março de 2012 está demonstrada como segue:

**Notas Explicativas**

Intangível	Controladora			Saldo em 31/03/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adições (baixas)	Amortização	
Vida útil definida				
Software	6.284	730	(664)	6.350
<b>Total</b>	<b>6.284</b>	<b>730</b>	<b>(664)</b>	<b>6.350</b>
Intangível	Consolidado			Saldos em 31/03/2012
	Saldos em 31/12/2011	Adições (baixas)	Amortização	
Vida útil definida				
Software	6.353	1.495	(672)	7.176
Vida útil indefinida				
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	85.962
Valid Espanha	31.414	-	-	31.414
Multidisplay	13.955	-	-	13.955
Praven (*)	6.731	-	-	6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	11.099
Valid Argentina	9.800	-	-	9.800
Trust	3.649	-	-	3.649
	162.610	-	-	162.610
<b>Total</b>	<b>168.963</b>	<b>1.495</b>	<b>(672)</b>	<b>169.786</b>

(\*) Os saldos se referem às subsidiárias da Interprint, os quais correspondem aos ágios apurados anteriormente à aquisição da Interprint pela Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por direitos de utilização de software, sendo amortizados linearmente a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo de licença.

**11. Imobilizado**

	Controladora									Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	
Taxa anual de depreciação	-	4%	10 a 30%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
<b>Custo</b>										
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>3.732</b>	<b>68.726</b>	<b>172.003</b>	<b>8.318</b>	<b>1.541</b>	<b>87.427</b>	<b>5.399</b>	<b>9.090</b>	<b>812</b>	<b>357.048</b>
Adições	110	645	1.446	439	-	997	-	3.219	817	7.673
Baixas	-	-	-	(9)	(1)	-	-	-	(944)	(954)
Transferências	-	5.815	14	1.347	-	108	-	(7.284)	-	-
<b>Saldos em 31/03/2012</b>	<b>3.842</b>	<b>75.186</b>	<b>173.463</b>	<b>10.095</b>	<b>1.540</b>	<b>88.532</b>	<b>5.399</b>	<b>5.025</b>	<b>685</b>	<b>363.767</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>-</b>	<b>(17.896)</b>	<b>(86.352)</b>	<b>(5.424)</b>	<b>(467)</b>	<b>(69.258)</b>	<b>(5.399)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(184.796)</b>
Adições	-	(681)	(2.286)	(152)	(76)	(1.881)	-	-	-	(5.076)
Baixas	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
<b>Saldos em 31/03/2012</b>	<b>-</b>	<b>(18.577)</b>	<b>(88.638)</b>	<b>(5.575)</b>	<b>(543)</b>	<b>(71.139)</b>	<b>(5.399)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(189.871)</b>
<b>Valor residual líquido em 31/12/2011</b>	<b>3.732</b>	<b>50.830</b>	<b>85.651</b>	<b>2.894</b>	<b>1.074</b>	<b>18.169</b>	<b>-</b>	<b>9.090</b>	<b>812</b>	<b>172.252</b>
<b>em 31/03/2012</b>	<b>3.842</b>	<b>56.609</b>	<b>84.825</b>	<b>4.520</b>	<b>997</b>	<b>17.393</b>	<b>-</b>	<b>5.025</b>	<b>685</b>	<b>173.896</b>

**Notas Explicativas**

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	10 a 30%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
Custo										
Saldos em 31/12/2011	<b>4.212</b>	<b>91.877</b>	<b>299.494</b>	<b>11.028</b>	<b>1.970</b>	<b>117.289</b>	<b>6.900</b>	<b>14.380</b>	<b>914</b>	<b>548.064</b>
Adições	110	722	3.128	697	-	2.975	46	6.432	817	14.927
Baixas	-	-	(591)	(9)	-	-	-	-	(944)	(1.544)
Ajuste cambial	-	(3)	(432)	(9)	(9)	(82)	(63)	(70)	-	(668)
Transferências	-	9.736	3.154	1.347	-	414	-	(14.651)	-	-
Saldos em 31/03/2012	<b>4.322</b>	<b>102.332</b>	<b>304.753</b>	<b>13.054</b>	<b>1.961</b>	<b>120.596</b>	<b>6.883</b>	<b>6.091</b>	<b>787</b>	<b>560.779</b>
Depreciação										
Saldos em 31/12/2011	-	<b>(34.334)</b>	<b>(161.485)</b>	<b>(7.223)</b>	<b>(766)</b>	<b>(90.970)</b>	<b>(6.536)</b>	-	-	<b>(301.314)</b>
Adições	-	(876)	(4.274)	(207)	(84)	(2.596)	(22)	-	-	(8.059)
Baixas	-	-	544	2	-	-	-	-	-	546
Ajuste cambial	-	(3)	317	9	2	63	49	-	-	437
Saldos em 31/03/2012	-	<b>(35.213)</b>	<b>(164.898)</b>	<b>(7.419)</b>	<b>(848)</b>	<b>(93.503)</b>	<b>(6.509)</b>	-	-	<b>(308.390)</b>
Valor residual líquido em 31/12/2011	<b>4.212</b>	<b>57.543</b>	<b>138.009</b>	<b>3.805</b>	<b>1.204</b>	<b>26.319</b>	<b>364</b>	<b>14.380</b>	<b>914</b>	<b>246.750</b>
em 31/03/2012	<b>4.322</b>	<b>67.119</b>	<b>139.855</b>	<b>5.635</b>	<b>1.113</b>	<b>27.093</b>	<b>374</b>	<b>6.091</b>	<b>787</b>	<b>252.389</b>

Em 31 de março de 2012, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor aproximado de R\$3.804.

**12. Debêntures**

A Companhia realizou duas emissões de debêntures cujas características estão descritas abaixo:

Debêntures	1ª emissão-20/04/2008	2ª emissão-17/10/2011
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 28/01/2008	Reunião do Conselho de Administração em 07/10/2011
Quantidade	18.000 debêntures simples não conversíveis em ações	10.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Valor total	R\$ 180.000.000,00	R\$ 100.000.000,00
Espécie e série	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	20 de abril de 2013	17 de outubro de 2013
Remuneração	Taxa média DI + 1,50% a.a.	Taxa média DI + spread (de até 1,07% a.a.)
Garantia	Sem garantia real	Sem garantia real
Amortização do principal	5 parcelas semestrais e iguais	Integral na data de vencimento
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão
“Rating” da emissão pela Moody’s	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)

Em 31 de março de 2012 os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente, estão demonstrados como segue:

**Notas Explicativas**

<b>Debêntures</b>	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Circulante		
Principal – 1ª emissão	72.000	72.000
Juros – 1ª emissão	5.706	2.564
Juros – 2ª emissão	5.173	2.410
	<b>82.879</b>	<b>76.974</b>
Não circulante		
Principal – 1ª emissão	36.000	36.000
Principal – 2ª emissão	100.000	100.000
	<b>136.000</b>	<b>136.000</b>
<b>Total</b>	<b>218.879</b>	<b>212.974</b>

A Companhia efetuou em 20 de abril de 2011 e em 20 de outubro de 2011 o pagamento das primeiras parcelas das debêntures de 1ª emissão, ambas no valor de R\$ 36.000, totalizando R\$ 72.000, sendo ainda efetuado o pagamento de juros no valor de R\$ 20.649. As debêntures prevêem a manutenção de determinados covenants, na qual a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais, nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2012.

**13. Impostos, taxas e contribuições a recolher**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
IR a recolher	8.139	7.315	18.209	15.693
CSLL a recolher	2.885	2.439	5.573	5.373
ICMS a recolher	515	516	861	739
IPI a recolher	24	25	290	203
ISS a recolher	1.643	1.624	2.495	1.900
COFINS a recolher	2.588	1.776	3.400	2.481
PIS a recolher	562	386	1.103	536
Outros	83	118	1.966	1.310
<b>Total</b>	<b>16.439</b>	<b>14.199</b>	<b>33.897</b>	<b>28.235</b>

**14. Parcelamento de débitos fiscais**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Parcelamento especial de débitos - PAES (Lei nº 10.684/03)	1.583	1.942
Parcelamento de INSS	214	280
<b>Total</b>	<b>1.797</b>	<b>2.222</b>
Total circulante	467	579
Total não circulante	1.330	1.643
<b>Total</b>	<b>1.797</b>	<b>2.222</b>

**a) Programa de parcelamento especial de débitos – PAES**

As controladas Interprint e Tecnoformas (incorporada pela Interprint em 31 de outubro de 2009) optaram pelo parcelamento especial de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, instituído pela Lei no 10.684, de 30 de maio de 2003, conhecido como REFIS II, consolidando todos os débitos federais com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, relativos aos valores referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que vinham sendo discutidos judicialmente, os quais, mediante a

## Notas Explicativas

desistência dos processos de questionamento, também foram incluídos no PAES.

O valor da prestação corresponde ao maior valor entre 1,5% da receita bruta correspondente ao mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela e 1/180 do total do débito consolidado, não podendo ser inferior a R\$ 2, garantido o prazo máximo de 120 parcelas caso seja adotado o percentual de 1,5% sobre a receita bruta. Com base na expectativa de faturamento, a Administração do Grupo adotou o prazo total de 120 meses para definição das parcelas de curto e longo prazo nas informações trimestrais.

### b) Parcelamento de INSS

Em 4 de dezembro de 2007, a controlada Interprint foi autuada pelo não recolhimento de INSS sobre fretes referentes ao período de janeiro de 2002 à maio de 2003 e pelo não recolhimento de INSS sobre pagamentos efetuados por serviços prestados por intermédio de cooperativas de trabalho no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004.

A Interprint optou pelo parcelamento da dívida em 60 meses com vencimento final em novembro de 2012.

## 15. Provisões

A Companhia e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos.

Em 31 de março de 2012, a provisão para contingências, registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2012
Trabalhistas	5.613	450	(530)	5.533
Tributárias	1.626	-	-	1.626
Cíveis, comerciais e outros	4.285	-	-	4.285
<b>Total</b>	<b>11.524</b>	<b>450</b>	<b>(530)</b>	<b>11.444</b>

  

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/03/2012
Trabalhistas	6.923	1.026	(685)	7.264
Tributárias	11.085	-	(1.733)	9.352
Cíveis, comerciais e outros	4.285	-	-	4.285
<b>Total</b>	<b>22.293</b>	<b>1.026</b>	<b>(2.418)</b>	<b>20.901</b>

Durante o período não ocorreram variações significativas, cujos principais casos são como seguem:

## Notas Explicativas

### a) Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”)

A Companhia possui autos de infração lavrados por autoridades fiscais devido ao não recolhimento de IPI supostamente devido a operações com cartões plásticos com tarja magnética. Estes autos foram impugnados pelos consultores jurídicos da Companhia, que obtiveram decisão favorável para três dos processos, os quais foram julgados improcedentes e sem possibilidade de recursos por parte das autoridades fiscais. Em 18 de setembro de 2009, a Companhia levantou valores que estavam depositados em juízo nos autos de um desses processos, resgatando o montante aproximado de R\$ 10.800.

A Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que o desfecho será favorável para os demais autos de infração desta natureza; como consequência, não há registrado nos livros contábeis provisão desta natureza.

### b) Autos de infração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“ICMS”)

A Companhia e sua controlada Interprint possuem autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo devido ao não recolhimento de ICMS, supostamente devido sobre operações de saída de determinados impressos personalizados. Estes autos foram impugnados pelos consultores jurídicos da Companhia junto à Secretaria Estadual de Fazenda, que obtiveram sentença favorável para um dos processos, o qual foi julgado improcedente e sem possibilidade de recursos desta decisão por parte da autoridade fiscal.

Devido ao fato de os demais processos apresentarem a mesma natureza, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que não consideram a perda como provável, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foi constituída provisão.

### c) Execução fiscal de Imposto sobre Serviços (“ISS”)

As autoridades fiscais do Município do Rio de Janeiro lavraram contra a Companhia dois autos de infração, no montante histórico aproximado de R\$ 55.000, referente ao não recolhimento do ISS supostamente devido sobre operações de confecção de cartões telefônicos indutivos no período de agosto de 1993 a abril de 2001. A Companhia contestou as duas cobranças perante o Poder Judiciário.

Em 2009, a Companhia obteve ganho de causa definitivo em relação à parte da cobrança, com o trânsito em julgado de decisão que declarou a não incidência do referido imposto, cancelando um dos autos de infração lavrados (ISS sobre vendas realizadas no período de agosto de 1993 a outubro de 1996), cujo montante histórico aproximado era de R\$ 17.000. O auto de infração que restou (ISS sobre vendas realizadas no período novembro de 1999 a abril de 2001), no montante histórico aproximado de R\$ 38.000, está sendo contestado em outra ação, em trâmite na primeira instância, não havendo até o momento qualquer decisão quanto ao mérito. Por consequência, considerando a expectativa de perda como não provável, esse valor não constitui provisão.

## Notas Explicativas

### d) Processos trabalhistas

A Valid e suas controladas Interprint e Tecnoformas tiveram ajuizada em face de si uma reclamação trabalhista cujo autor é o ex-representante comercial da controlada Tecnoformas, que busca o reconhecimento de vínculo empregatício com o pagamento de verbas trabalhistas e indenização por perdas e danos. O valor da reclamação atribuído pelo ex-representante foi de R\$ 8.500.

Segundo o Acordo de Investimentos e Outras Avenças que tratou da aquisição da Interprint e sua controlada Tecnoformas pela Valid, os vendedores se responsabilizam pelas perdas decorrentes de fatos que tiveram origem em fatos ocorridos antes da conclusão da aquisição. Neste sentido, os vendedores já assumiram formalmente a responsabilidade pela defesa da Valid e suas controladas, e uma eventual condenação se encontra garantida por depósito em conta vinculada, criada quando da aquisição para cobrir tais situações. Portanto, por entender estar assegurada a cobertura da eventual perda, a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão contábil.

### e) Instituto Nacional de Seguro Social (“INSS”)

A Companhia possui um auto de infração referente ao não recolhimento da contribuição previdenciária sobre INSS que de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos encontra-se sob período prescricional. Por entender que o valor não é devido, a Companhia está impugnando a execução fiscal e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que não consideram a perda como provável, não foi constituída provisão. O depósito judicial referente a este processo, no montante de R\$ 5.564, foi resgatado pela Companhia em 2009, sendo oferecido em troca, através de instituição financeira, serviço de fiança bancária, devidamente acatado pelo juízo responsável pelo processo.

**Notas Explicativas****16. Transações com partes relacionadas**

Os saldos e transações com partes relacionadas, que foram eliminadas no processo de consolidação, podem ser assim sumariados:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Ativo		
Circulante		
Contas a receber		
Incard	-	49
Interprint	334	76
Valid Argentina	2.854	2.696
	<b>3.188</b>	<b>2.821</b>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		
Incard	-	(20)
Interprint	(4)	(4)
	<b>(4)</b>	<b>(24)</b>
	<b>Controladora</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Demonstração dos resultados		
Receita líquida		
Incard	-	95
Interprint	59	62
Trust	-	10
Valid argentina	128	-
	<b>187</b>	<b>167</b>
Custo das mercadorias e serviços		
Incard	-	95
Interprint	59	62
Trust	-	10
Valid argentina	128	-
	<b>187</b>	<b>167</b>

As controladas Interprint e Incard passaram a comprar alguns insumos diretamente da Valid após a aquisição destas empresas pela Companhia. A produção é feita de acordo com as necessidades de cada uma das empresas, não existindo contrato firmado de produção mínima.

Em 6 de julho de 2011, a controlada Valid Argentina firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 2.000.000. A Valid Argentina (mutuaria) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 5% ao ano (e variação cambial), os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias. Em 31 de março de 2012, a Valid havia emprestado a Valid Argentina o montante atualizado de R\$ 2.607 (R\$ 2.654 em dez/2011). Adicionalmente, nesta data, a Valid tinha um contas a receber da Valid Argentina no montante de R\$ 247 (R\$ 42 em dez/2011).

As demais transações com partes relacionadas são de natureza comercial e foram efetuadas em condições contratuais. Com exceção da Incard e da Multidisplay, a Companhia possui direta ou indiretamente participação de 100% no capital social de suas controladas.

## Notas Explicativas

### 17. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de maio de 2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 100.000, mediante capitalização de parte da reserva de investimentos, com bonificação, emissão e distribuição aos acionistas, proporcionalmente a suas participações, de 5.150.000 ações ordinárias, sem valor nominal, o que corresponde a 1 (uma) ação para cada lote de 10 (dez) ações detidas pelos acionistas, de acordo com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76. As ações que não puderem ser atribuídas por inteiro tiveram suas frações agrupadas e vendidas na BM&FBOVESPA, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, pelos titulares das frações. O valor da reserva capitalizado correspondeu a R\$ 19,42 por ação. Desta forma, em 30 de setembro de 2011, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 360.000, dividido em 56.650.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 900.000 ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Diante desta deliberação, em 31 de dezembro de 2011 o capital subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 360.000 (R\$ 260.000 em 31 de março de 2011), dividido em 55.750.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (51.500.000 ações em 31 de março de 2011).

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

#### b) Reserva de capital

##### Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações, conforme descrito na Nota 24, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$ 6.111. Conforme diretrizes do CPC 10(R1) - Pagamento Baseado em Ações ("CPC 10"), o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e foi totalmente reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period).

#### c) Reservas de lucros

##### Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

##### Reserva para investimentos

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária de 06 de maio de 2011, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 100.000 com reserva para investimento passando do saldo desta para R\$ 66.956.

## Notas Explicativas

Em 13 de dezembro de 2011, a Companhia cancelou 900.000 ações a um valor patrimonial de R\$ 16.790 com a utilização da referida reserva que passou a ter um saldo de R\$ 50.166. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da reserva de investimento passou a ser R\$ 55.696, já considerando a destinação do saldo remanescente dos lucros acumulados no montante de R\$ 5.530.

### d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em 9 de janeiro de 2012, foram pagos juros sobre capital próprio e dividendos propostos no exercício de 2011 nos montantes de R\$ 8.406 e R\$ 3.061 respectivamente tendo sido pago o imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no exercício de 2011, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente a Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a destinação adicional de R\$ 65.911 como dividendos do exercício de 2011, na forma prevista em no Estatuto Social da Companhia, a ser aprovado na Assembléia Geral Ordinária.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das informações trimestrais, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (“ICPC 08”), os dividendos propostos são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2011, os dividendos excedentes, montavam R\$ 65.911.

### e) Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de opção de compra de ações. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações serão adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

## Notas Explicativas

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

<b>Data da aprovação</b>	<b>Quantidade máxima a ser adquirida</b>	<b>% das ações em circulação</b>	<b>Data do término</b>
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012

Em 31 de março de 2012, a Companhia mantém 236.147 ações ordinárias em tesouraria, cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>		<b>Preço (em reais)</b>			
	<b>31/12/2011</b>	<b>Aquisições / baixas</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Médio ponderado</b>
Ação ordinária	401.190	(165.043)	236.147	16,70	20,70	18,97

A Companhia no período realizou venda de ações em tesouraria para pagamento de remuneração de administradores.

Baseado na última cotação de mercado disponível em 30 de março de 2012, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 6.485, cujo custo médio ponderado, assim como custo mínimo e custo máximo do exercício, estão demonstrados a seguir:

<b>Tipo</b>	<b>Preço (em reais)</b>			
	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Médio ponderado</b>	<b>Última cotação</b>
Ação ordinária	21,51	27,50	24,04	27,46

### f) Outros resultados abrangentes - ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (“CPC 02”), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das informações trimestrais de suas controladas no exterior, Valid Argentina, Transtex Chile e Valid Espanha. Em 31 de março de 2012, o saldo constituído pela Companhia nesta rubrica era devedor de R\$ 717 (devedor de R\$ 504 em 31 de dezembro de 2011).

## 18. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por Ação (“CPC 41”), a Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011.

## Notas Explicativas

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	23.289	21.243
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	55.416	51.365
<b>Lucro por ação – resultado básico e diluído por ação</b>	<b><u>0,42</u></b>	<b><u>0,41</u></b>

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Em 31 de março de 2012 e 2011, o resultado básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, apesar da Companhia apresentar saldo de ações em outorga relacionado ao programa de opção de compra de ações (Nota 24).

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 55.750.000 ações ordinárias, normativas, escriturais e sem valor nominal (51.500.000 ações em 31 de março de 2011). Os eventos mais representativos que resultaram na alteração da quantidade de ações da Companhia se encontram mencionados na Nota 17.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

### 19. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

#### a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto principalmente por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

#### b) Sistema de identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

#### c) Telecomunicações

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as “raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM

## Notas Explicativas

utilizados em telefonia móvel, cartões indutivos utilizados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

### d) Certificação digital

O segmento de certificação digital oferece segurança nas transações digitais viabilizando o uso e emitindo certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, essenciais à atuação profissional de pessoas físicas e jurídicas nos relacionamentos eletrônicos com empresas e instituições de todos os segmentos de mercado e esferas de governo. Além da emissão de certificados, é oferecido serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

As práticas contábeis dos segmentos da Companhia são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis (Nota 2).

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente com base no EBTIDA e lucro operacional.

Os preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros.

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

<b>31/03/2012</b>	<b>Meios de pagamento</b>	<b>Identificação</b>	<b>Telecom</b>	<b>Certificação digital</b>	<b>Ajustes e eliminações</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receitas</b>						
Clientes	103.509	68.913	59.045	407	-	231.874
Intersegmento	128	59	19	-	(206)	-
<b>Total das receitas</b>	<b>103.637</b>	<b>68.972</b>	<b>59.064</b>	<b>407</b>	<b>(206)</b>	<b>231.874</b>
Depreciação e amortização	2.636	2.126	2.052	49	-	<b>6.863</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>12.943</b>	<b>20.580</b>	<b>10.556</b>	<b>(4.768)</b>	<b>-</b>	<b>39.311</b>
<b>31/03/2012</b>						
<b>Ativos operacionais</b>	<b>213.676</b>	<b>117.995</b>	<b>168.650</b>	<b>11.191</b>	<b>(584)</b>	<b>510.928</b>
Clientes	52.257	40.776	67.147	-	(584)	159.596
Estoques	54.896	6.263	34.961	2.823	-	98.943
Imobilizado	106.523	70.956	66.542	8.368	-	252.389
<b>Passivos operacionais</b>	<b>23.705</b>	<b>8.441</b>	<b>31.043</b>	<b>611</b>	<b>(3.187)</b>	<b>60.613</b>
Fornecedores	23.705	8.441	31.043	611	(3.187)	60.613

## Notas Explicativas

31/03/2011	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
<b>Receitas</b>						
Clientes	100.699	57.986	47.314	-	-	205.999
Intersegmento	-	30	169	-	(199)	-
<b>Total das receitas</b>	<b>100.699</b>	<b>58.016</b>	<b>47.483</b>	<b>-</b>	<b>(199)</b>	<b>205.999</b>
Depreciação e amortização	2.622	2.160	1.826	-	-	<b>6.608</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>12.041</b>	<b>16.588</b>	<b>6.715</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.344</b>
<b>31/12/2011</b>						
Ativos operacionais	<b>209.149</b>	<b>119.178</b>	<b>171.394</b>	-	(190)	<b>499.531</b>
Clientes	45.075	33.529	74.114	-	(190)	152.528
Estoques	58.233	9.402	32.618	-	-	100.253
Imobilizado	105.841	76.247	64.662	-	-	246.750
Passivos operacionais	<b>20.455</b>	<b>32.803</b>	<b>12.538</b>	-	(2.845)	<b>62.951</b>
Fornecedores	20.455	32.803	12.538	-	(2.845)	62.951

### Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento ("CPC 22"), a Administração da Valid informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia.

## 20. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	29.165	25.475	36.019	31.716
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<b>9.916</b>	<b>8.661</b>	<b>12.246</b>	<b>10.783</b>
Adições				
Provisão para perdas sobre crédito	61	-	61	-
Diferença depreciação – CPC 27	1.479	-	1.479	-
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(5.544)	(4.466)	(296)	(244)
Incentivos fiscais	(30)	(94)	(47)	(119)
Parcela isenta do adicional	(6)	(6)	(21)	(21)
Amortização de ágio	-	-	(481)	-
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	326	(50)
Outras adições / exclusões	-	137	(537)	124
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	<b>5.876</b>	<b>4.232</b>	<b>12.730</b>	<b>10.473</b>
Alíquota efetiva	<b>20,15%</b>	<b>16,61%</b>	<b>35,34%</b>	<b>33,02%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>1.651</b>	<b>5.205</b>	<b>7.746</b>	<b>8.554</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>4.225</b>	<b>(973)</b>	<b>4.984</b>	<b>1.919</b>
	<b>5.876</b>	<b>4.232</b>	<b>12.730</b>	<b>10.473</b>

## 21. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores e conselheiros, registrada nas rubricas de despesas gerais e administrativas e custo de bens e/ou serviços vendidos durante o período findo em 31 de março de 2012 foi de R\$ 6.170 (R\$ 2.794 no mesmo período de 2011), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Com relação às opções de ações, detalhes adicionais estão descritos na Nota 24. Em 31 de março de 2012, a Companhia não possui outros planos de benefícios para seus funcionários.

## Notas Explicativas

### 22. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se às debêntures, débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito das debêntures foi a captação de recursos para as operações da Companhia e suas controladas, enquanto que as obrigações com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros do Grupo consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e créditos com partes relacionadas, que resultam diretamente de suas operações.

#### Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos / débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelas debêntures emitidas pela Companhia se encontra classificado como passivo financeiro mantido até o vencimento e não mensurado ao valor justo, e está contabilizado pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destas debêntures não divergem de forma significativa dos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento para as operações da Companhia.

Em 31 de março de 2012, o Grupo não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2012 são como segue:

## Notas Explicativas

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	119.258	119.258	175.673	175.673
Contas a receber	Custo amortizado	93.069	93.069	160.686	160.686
Fornecedores	Custo amortizado	29.964	29.964	61.765	61.765
Debêntures	Custo amortizado	208.000	212.456	208.000	212.456

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

### Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa e

## Notas Explicativas

aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida os ativos registrados a valor justo em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Descrição	31/03/2012	Controladora		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	118.299	-	118.299	-
Total dos ativos	118.299	-	118.299	-

Descrição	31/12/2011	Controladora		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	119.105	-	119.105	-
Total dos ativos	119.105	-	119.105	-

Descrição	31/03/2012	Consolidado		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	155.677	-	155.677	-
Total dos ativos	155.677	-	155.677	-

Descrição	31/12/2011	Consolidado		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	158.067	-	158.067	-
Total dos ativos	158.067	-	158.067	-

## Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, na qual estão atreladas ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente

## Notas Explicativas

poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 1.476 e R\$ 2.953 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de março de 2012.

- Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia possui controladas no exterior, onde as moedas funcionais são o Peso Argentino e o Peso Chileno. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino e ao Peso Chileno, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2012 uma redução no montante total de R\$ 2.073 e R\$ 4.145 no patrimônio líquido da Companhia, considerando a variação de ambas as moedas. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2012 uma redução no montante de R\$ 6.603 e R\$ 13.205 no seu patrimônio líquido.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do dólar norte americano e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2012 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 2.081 e R\$ 4.160.

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- Contas a receber

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (Nota 5).

- Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

## Notas Explicativas

### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

### Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros de 1,5% ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de março de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,73%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes à cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 31 de março de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/03/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	118.299	CDI	8,73%	6,55%	4,37%
Receita financeira bruta			10.328	7.746	5.172

  

Consolidado					
Operação	Saldo em 31/03/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	155.677	CDI	8,73%	6,55%	4,37%
Receita financeira bruta			13.591	10.193	6.803

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de março de 2012. Foram acrescidos os juros de 1,5% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,23% para a primeira emissão e acrescidos os juros de 1,07% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12

## Notas Explicativas

meses, cuja média foi de 9,80% para a segunda emissão, sendo estas médias relacionadas ao cenário considerado como provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi 31 de março de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/03/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 1ª emissão	113.706	CDI +1,5%	10,23%	7,67%	5,12%
Despesa financeira bruta			11.632	8.721	5.822
Debêntures – 2ª emissão	105.173	CDI +1,07%	9,80%	7,35%	4,90%
Despesa financeira bruta			10.307	7.730	5.153

## 23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de março de 2012, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil	R\$ 36.280
Riscos operacionais	R\$ 304.820
Riscos diversos	R\$ 58.000
Veículos	R\$ 17.000
D&O - Responsabilidade civil executivos	R\$ 25.000
E&O - Responsabilidade profissional	R\$ 10.000
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 4.000.000

## 24. Programa de opção de compra de ações

Em assembléia geral de acionistas, realizada em 30 de março de 2006, a Companhia aprovou a inclusão no estatuto social de um programa de opção de compra de ações, denominado Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ação.

As opções de compra ou subscrição de nossas ações ordinárias são pessoais e intransferíveis e somente poderão ser outorgadas aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa.

O programa de opção de compra de ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe eleger os participantes do programa e o número de ações que cada participante terá o direito de adquirir. O limite máximo de ações disponíveis para o programa é de 2% do total de ações emitidas pela Companhia, sendo que tais ações terão os mesmos direitos conferidos às demais ações de igual espécie emitidas pela Companhia.

Foram feitas duas distribuições de opções, a primeira em abril de 2006 no montante de 825 mil ações a qual já se extinguiu e a segunda em abril de 2007 no montante de 175 mil ações,

## Notas Explicativas

que atingiram o limite máximo de 2% (1.000.000 ações) do total de ações na data da última outorga, conforme previsto no programa.

As opções poderão ser exercidas em 3 anos, a partir do ano seguinte da distribuição, na base de 1/3 a cada ano conforme quadro demonstrativo abaixo.

O prazo de exercício das opções expirará em 5 anos a partir de cada distribuição, sendo que a partir desta data, as opções eventualmente não exercidas serão consideradas extintas, sem direito a indenização por parte da Companhia.

O preço de subscrição ou de compra de cada ação ordinária da Companhia foi estabelecido em 90% do preço de lançamento das ações da Companhia quando da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, que corresponde a R\$ 15,30 (quinze reais e trinta centavos) por cada ação ordinária, para a primeira distribuição e R\$ 18,15 (dezoito reais e quinze centavos) para a segunda distribuição, que corresponde a média dos 90 pregões anteriores à data da distribuição.

A segunda outorga das opções, que ainda está em vigor, está demonstrada a seguir:

### Programa 2

Carência	%	Preço de exercício	Preço de opção	Quantidade	Valor
04/2007 – 04/2008	34	18,15	4,89	59.500	292
05/2008 – 04/2009	33	18,15	4,89	57.750	282
05/2009 – 04/2010	33	18,15	4,89	57.750	282
				<b>175.000</b>	<b>856</b>

Quantidade de ações outorgadas	Quantidade de ações exercidas antes da bonificação	Quantidade de ações perdidas antes da bonificação	Quantidade de ações em aberto antes da bonificação	Quantidade de ações em aberto após bonificação (10%)	Quantidade de ações exercidas após bonificação	Quantidade de ações em aberto
175.000	(26.000)	(11.650)	137.350	151.085	(119.900)	31.185

Em 31 de março de 2012 o preço médio de recompra para o programa 2 foi de R\$ 18,97(dezoito reais e noventa e sete centavos).

Os valores justos das opções outorgadas foram calculados com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas das outorgas e seu reconhecimento no resultado do exercício terminou em 2010 totalizando R\$ 6.111.

A Companhia reconheceu mensalmente o montante de forma “pro rata”, em reserva de capital, na rubrica opções de ações outorgadas, tendo como contra partida o resultado do exercício.

**Notas Explicativas****25. Receita de vendas líquida**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Receita bruta de vendas e serviços	173.880	168.653	268.529	239.163
Impostos e devoluções	(23.676)	(23.188)	(36.655)	(33.164)
<b>Receita de vendas líquida</b>	<b>150.204</b>	<b>145.465</b>	<b>231.874</b>	<b>205.999</b>

**26. Despesas por natureza**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

<b>Despesa por natureza</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Mão de obra	35.461	31.640	45.542	35.240
Benefícios a empregados	9.608	8.240	11.403	9.342
Impostos e taxas	12.253	9.010	15.206	10.623
Aluguel	6.810	1.419	7.101	1.625
Depreciação e amortização	5.234	4.886	7.001	6.608
Material de consumo/Matéria prima	39.945	42.843	67.081	59.391
Serviços de terceiros	5.326	6.508	9.223	9.457
Manutenção	3.301	3.791	4.143	4.593
Utilidades e serviços	6.809	10.830	11.459	15.989
Comissões sobre vendas	3.069	2.444	3.516	2.876
Frete sobre vendas	2.277	3.176	5.792	5.912
Gerais e outros	3.687	4.931	5.505	9.473
	<b>133.780</b>	<b>129.718</b>	<b>192.972</b>	<b>171.129</b>

**Classificados como**

Custos das mercadorias e serviços	112.119	115.114	165.427	151.598
Despesas com vendas	10.553	6.854	16.489	10.048
Despesas administrativas	11.108	7.750	11.056	9.483
	<b>133.780</b>	<b>129.718</b>	<b>192.972</b>	<b>171.129</b>

**27. Receitas e despesas financeiras**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicação financeira	2.905	2.375	3.849	2.929
Atualizações contas a receber	236	3	298	51
Variação monetária	-	-	729	-
Outros	32	17	118	290
	<b>3.173</b>	<b>2.395</b>	<b>4.994</b>	<b>3.270</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(6.132)	(5.559)	(6.205)	(5.562)
Juros variação cambial	-	-	(1.338)	(1.001)
Despesas bancárias	(474)	(169)	(545)	(182)
Outros	-	(15)	(198)	(153)
	<b>(6.606)</b>	<b>(5.743)</b>	<b>(8.286)</b>	<b>(6.898)</b>
<b>Total, líquido</b>	<b>(3.433)</b>	<b>(3.348)</b>	<b>(3.292)</b>	<b>(3.628)</b>

**Notas Explicativas****28. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****a) Transações não caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Ações em tesouraria resgatadas	2.354	-	2.354	-

**29. Evento subsequente**

Em 16 de abril de 2012, a Companhia efetuou pagamento de juros referente a debêntures de 2ª emissão no valor de R\$ 5.633. E em 20 de abril de 2012, a Companhia efetuou o pagamento de mais uma parcela das debêntures de 1ª emissão, sendo R\$ 36.000 referente a pagamento do principal e R\$ 6.372 referente a pagamento dos juros.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia através da Assembleia Geral Ordinária (AGO), aprovou a proposta de destinação de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante aproximadamente de R\$ 65.911.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificação S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificação S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao primeiro trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e ou revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 16 de fevereiro de 2012 e em 6 de maio de 2011, respectivamente, que não tiveram qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo Roberto Marques Garrucho  
Auditores Independentes Contador  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ CRC 1RJ 052.813/O-1